

A alfabetização e o ensino fundamental: um balanço dos estudos no período de 1998 a 2011

Aida Maria Monteiro Silva
Zélia Granja Porto

Resumo

Apresenta um balanço da produção científica de temáticas de ensino fundamental e alfabetização em 22 artigos publicados na *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos (Rbep)* no período de 1998 a 2011. Tem como objetivo identificar as tendências e as características dos estudos e a relação com o contexto social, econômico e político do País nessas décadas. Foi possível identificar o tema predominante no debate educacional e presente na produção examinada – educação de qualidade como direito de todos e os processos de universalização do acesso. A partir da análise dos artigos, três grandes categorias em torno das quais se organiza a produção em estudo sintetizaram aspectos privilegiados conforme seu aparecimento nos artigos: 1) o acesso e a qualidade do ensino fundamental e os diagnósticos sobre as políticas educacionais; 2) a alfabetização e o letramento; 3) temáticas emergentes que perpassam o ensino fundamental.

Palavras-chave: ensino fundamental; alfabetização; qualidade da educação.

Abstract

Alphabetization and Elementary School Education: an inventory of studies from 1998 to 2011

This article features an inventory on the scientific production of themes related to elementary school education and alphabetization in 22 articles published in Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos between 1998 and 2011. Its purpose is to identify the tendencies and characteristics of these studies and their relation to the country's social, economical and political context in those decades. The predominant theme in the educational debate was identified in the production analyzed as being a quality education as a right for all people and the processes of universalizing its access. After analyzing the articles, three large categories around which the production is organized emerged from the analysis and synthesized the privileged aspects according to their appearance in the articles: 1- the access and the quality of elementary school education and the diagnosis on educational policies; 2- alphabetization and literacy; 3- emerging themes that permeates elementary school education.

Keywords: elementary school education; alphabetization; quality of education.

Introdução

Este trabalho apresenta um balanço da produção científica sobre as temáticas de ensino fundamental e alfabetização de 22 artigos publicados na *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos (Rbep)*, do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), do Ministério da Educação (MEC), no período de 1998 a 2011.

O que pretendemos neste estudo é identificar as tendências e as características em relação aos tipos de pesquisa e/ou estudos, os conteúdos e as questões evidenciados e a relação com o contexto no período em que os artigos foram publicados.

Como processo metodológico para a elaboração deste estudo, utilizamos a técnica de análise de conteúdo, compreendendo-a como um processo que possibilita, segundo Minayo *et al.* (1994, p. 74), “[...] a descoberta do que está por trás dos conteúdos manifestos, indo além das aparências do que está sendo comunicado”. Essa técnica metodológica nos permitiu identificar o grande tema – a educação de qualidade como direito de todos – que transversalizou, de forma direta ou indireta, o

conjunto dos 22 artigos. Essa temática aparece nos artigos em diversas formas, agrupadas em três categorias com mais evidência:

- 1) o acesso e a qualidade do ensino fundamental e os diagnósticos sobre as políticas educacionais;
- 2) a alfabetização e o letramento;
- 3) temáticas emergentes que perpassam o ensino fundamental.

Os temas desenvolvidos mostram uma aproximação com o debate nacional que se instalou na sociedade brasileira a partir da elaboração da Constituição de 1988 e dos desdobramentos de leis que a regulamentaram, a exemplo da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), Lei nº 9.394/96. Ao mesmo tempo, houve repercussão desse debate no campo da pesquisa educacional, na definição e na orientação das políticas da educação.

Destacamos a relevância de estudos dessa natureza por apresentarem resultados produzidos em determinadas áreas de conhecimento e períodos históricos, e concordarmos que

[...] a importância de balanços periódicos do estado de coisas vigente numa área de pesquisa é múltipla. Eles podem detectar teoria e método dominantes; pôr em relevo aspectos do objeto de estudo que se esboçam nas entrelinhas das novas pesquisas; revelar em que medida a pesquisa recente relaciona-se com a anterior e vai tecendo uma trama que permita avançar na compreensão do objeto de estudo pela via do real acréscimo ao que já se conhece ou da superação de concepções anteriores. Só assim se podem avaliar as continuidades e discontinuidades teóricas e metodológicas e o quanto esta história se faz por repetição ou ruptura (Angelucci *et al.*, 2004, p. 53).

A partir dessas considerações, o presente trabalho procura mostrar o que dizem os artigos analisados, destacando as categorias e as subcategorias já citadas; as possíveis influências do contexto social, político e educacional em relação aos estudos e às pesquisas sobre alfabetização, ensino fundamental, temáticas e questões emergentes.

1 Alfabetização e ensino fundamental – o que dizem os estudos no período de 1998-2011?

Para desenvolver este estudo, procuramos inicialmente fazer uma análise individual e interna de cada artigo na perspectiva de apreender a temática trabalhada, a centralidade do objeto estudado e as questões enfatizadas, de forma a permitir um agrupamento por unidades de registros que os artigos evidenciam.

Nessa direção, compreendemos, conforme Minayo *et al.* (1994, p. 75), que essas unidades de registros “[...] se referem aos elementos obtidos através da decomposição do conjunto da mensagem”. Assim, a partir da análise de cada artigo e da sua decomposição, foi possível apreender as características gerais e específicas dos artigos objetos deste estudo.

1.1 Características gerais dos artigos

A análise dos 22 artigos evidenciou os seguintes aspectos em relação à natureza dos estudos:

- a) sete são referentes a resultados de pesquisa;
- b) 14 artigos são caracterizados como estudos analíticos, ensaios e diagnósticos descritivos referentes aos dados de instrumentos estatísticos oficiais sobre as políticas educacionais vigentes no período estudado;
- c) um artigo apresentou dados estatísticos dos Censos Escolares, dentro de uma série histórica (1991-2002) sobre a educação básica e a educação superior.

Nesse percurso, em relação aos conteúdos trabalhados, foi possível identificar, além das três grandes categorias já mencionadas, um conjunto de subtemas que, de certa forma, se apresentam em dispersão nos artigos. Abordam variáveis intraescolares a partir de temas complexos e abrangentes, embora o foco principal seja o debate mais amplo – a educação como direito de todos. Dessa forma, identificamos os seguintes subtemas: interdisciplinaridade e transversalidade, relação família-escola, desempenho escolar sob a ótica das relações de gênero, letramento emergente, formação de professores, avaliação, promoção automática, percepções de professoras sobre fracasso escolar, gestão do conhecimento escolar e relações família-escola. No conjunto, percebemos a predominância de oito estudos sobre análises e diagnósticos com vista a orientar a elaboração, o acompanhamento e a avaliação de políticas educacionais, especialmente na análise sobre a ampliação do acesso e da melhoria da qualidade do ensino fundamental.

No que se refere a processos metodológicos, as pesquisas focaram estudos em métodos qualitativos com ênfase nas abordagens: estrutural de representação social; de investigação narrativa na perspectiva de realizar estudo comparativo entre realidades educacionais distintas, inclusive entre países; na histórico-estrutural dialética; na interacional sociodiscursiva da linguagem. É possível destacar, também, a pesquisa-ação, a pesquisa bibliográfica, o estudo etnográfico e o estado da arte. Os instrumentos de levantamento de dados mais utilizados foram: testes de associação livre, entrevistas não estruturadas e semiestruturadas, observação, questionário e análise documental.

1.2 Características específicas dos artigos por agrupamento de temáticas e conteúdos abordados

A seguir apresentaremos as três categorias organizadas a partir do processo metodológico desenvolvido neste estudo e evidenciadas nos 22 artigos:

- a) o acesso e a qualidade do ensino fundamental e os diagnósticos sobre as políticas educacionais;
- b) a alfabetização e o letramento;
- c) temas emergentes que perpassam o ensino fundamental com vista à sua melhoria. Com base nessas categorias foram formuladas subcategorias que os estudos e as pesquisas apresentam.

1.2.1 O acesso e a qualidade do ensino fundamental e os diagnósticos sobre as políticas educacionais

Os estudos sobre diagnósticos das políticas educacionais, por apresentarem análises temporais sobre evolução de matrículas, avaliação de programas e projetos do ensino fundamental, têm a finalidade de subsidiar a definição, a elaboração e o monitoramento de políticas educacionais. São exemplos os programas de formação inicial e continuada dos profissionais do ensino, do livro didático, da merenda escolar, de ampliação e características da rede física das escolas e sobre a divisão de responsabilidades dos entes federados. Esses dados permitem, ainda, apreender ações com vista a corrigir ou melhorar a qualidade do ensino e classes de aceleração da aprendizagem, com o objetivo de corrigir distorção idade-série e reduzir a reprovação e a evasão escolar.

Neste estudo localizamos um bloco de oito artigos que apresentam análises em dimensões de macro e de microsistemas educacionais sobre políticas e programas implantados, inclusive sobre o controle de qualidade referente aos procedimentos de informação de dados oficiais. As referências principais destes estudos são dados estatísticos dos seguintes acervos: Censos Escolares do Inep e do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e Anuários Estatísticos do Brasil (AEBs). No que se refere à natureza, são artigos que se constituem como estudos analíticos e descritivos, com foco no acesso e na qualidade da educação, e buscam verificar o comportamento da evolução de matrículas da educação em diferentes níveis e modalidades de ensino – educação infantil, ensino fundamental e médio, educação de jovens e adultos, classes de alfabetização e ensino superior – em determinadas séries históricas, a exemplo dos períodos de 1932-2003 e 1991-2002.

Nas décadas de 1970 e 1980, fica evidente que a grande ênfase no debate foi a universalização do ensino fundamental, com prioridade para a construção de escolas, considerando o contingente elevado da população em idade de escolarização que estava fora da escola, com uma elevada taxa de analfabetismo, em torno de 33,6% em 1970. O atendimento nesse ano era de 67,1% e, em 1998, atingiu 95,8% no ensino fundamental. A rede pública teve um papel decisivo para a expansão do atendimento, com um crescimento de 123,5% entre 1971 e 1999 nesse nível de ensino (Sampaio *et al.*, 1999).

Com a expansão da oferta de matrícula no ensino fundamental, o grande desafio era a melhoria da qualidade no intuito de reduzir as taxas

de repetência, considerando que a taxa de retenção na 1ª série em 1981 era em torno de 58%. Um dado interessante evidenciado nesses estudos é que, embora os índices de repetência sejam altos, a taxa de evasão era em torno de 1%, o que evidencia que os estudantes continuam na escola, conforme dados dos Censos Escolares do Inep (Sampaio *et al.*, 1999).

Um dos estudos mostra o paradoxo existente entre o processo de ampliação do acesso à escola, em torno de 97% da população na faixa etária de 7 a 14 anos, e a baixa qualidade da escola pública. Entre os fatores atribuídos a essa baixa qualidade destaca-se a repetência dos(as) estudantes pelo desestímulo que essa situação provoca, principalmente na população jovem.

Nesse contexto, foram criados programas para apoiar as crianças no ingresso e na permanência na escola – A Garantia de Renda Mínima –, Lei nº 9.533, de 1997, regulamentada pelo Decreto nº 3.117, de julho de 1999, em que remunera as famílias de baixa renda quando todas as crianças e jovens na idade de 7 a 14 anos estão na escola.

Um destaque que esses estudos apresentam é em relação aos reflexos que a Constituição de 1988 produziu com a divisão de responsabilidades e competências na organização dos sistemas de ensino e a aplicação dos recursos por cada ente federado: cabe à União aplicar anualmente nunca menos de 18%, e os Estados, o Distrito Federal e os municípios 25%, no mínimo, da receita de impostos, na manutenção e no desenvolvimento do ensino público.

É nessa conjuntura que a municipalização da educação foi ampliada, principalmente com a criação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (Fundef), através da Emenda Constitucional nº 14/96, regulamentada pela Lei nº 9.424, de 1996, e implantado em 1998. E, posteriormente, esse apoio é ampliado, com a criação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb), pela Emenda Constitucional nº 53/2006, para a educação básica, que compreende a educação infantil, o ensino fundamental e ensino médio, nas diferentes modalidades de ensino.

O tema fracasso escolar foi abordado sob dois aspectos:

- 1) a progressão automática como uma das medidas para sua superação; e
- 2) as representações das professoras sobre o aluno da escola pública em relação ao fracasso escolar.

O tema da *promoção automática* no Brasil foi desenvolvido em dois artigos, sendo que um estudo procura examinar a literatura pertinente, experiências brasileiras pioneiras e atuais de implantação de ciclo básico de alfabetização. Ao retratar as principais experiências brasileiras que empregaram a medida de promoção automática como proposta que eliminaria a reprovação nas séries iniciais, o autor apresenta argumentos, implicações e possibilidades de implantação dessa medida como mecanismo de superação do fracasso escolar.

Outro artigo apresenta revisão bibliográfica sobre a temática publicada na *Rbep* na década de 1950. Ao provocar o debate sobre o tema, a autora demonstra que os argumentos e os documentos sobre a organização da escolaridade em ciclos e a progressão continuada de décadas passadas se aproximam dos discursos encontrados nos dias atuais.

Em resumo, o discurso da progressão automática assim aparece nos dois artigos examinados: como forma de democratizar o acesso ao ensino fundamental e a alfabetização na perspectiva de possibilitar ao(à) aluno(a) aprendizagem e educação de qualidade; como proposta para eliminar a reprovação; como medida para regularização do fluxo de alunos(as) ao longo da escolarização; como eliminação do regime seriado do processo de escolarização; como medida de eliminação do fracasso escolar – evasão, repetência e distorção idade-série; como superação de consequências negativas diversas – as relativas aos prejuízos de organização e do financiamento do sistema de ensino e as atinentes à aprendizagem dos alunos e de ordem pessoal, familiar e social; como um tema complexo que envolve múltiplas dimensões – mudanças no sistema de promoção, avaliação, ensino, aprendizagem e organização da escola. Portanto, a busca de alternativas para sua reversão implica apreender o processo em seus múltiplos aspectos – histórico, cognitivo, social, afetivo, cultural, político – e em distintas significações.

Em outro estudo, o tema das representações sociais construídas pelas professoras em relação ao(à) aluno(a) da escola pública foi desenvolvido por meio de uma pesquisa que procura explicar as formas de compreender o fracasso escolar. Há uma tendência das professoras em culpabilizar o(a) aluno(a) e a família pelos resultados do baixo desempenho escolar, como é possível apreender através das respostas das professoras: o(a) aluno(a) da escola pública é visto(a), nas representações, sem apoio da família, com carência de afeto, sem interesse pela escola, com dificuldades de aprendizagem e sem base de conhecimento para dar conta das atividades que lhe são requeridas. O que chama a atenção nesse estudo é como a maioria das professoras apresenta as explicações sobre o fracasso escolar, ao relacioná-lo mais aos elementos externos à escola do que à sua dinâmica ou ao trabalho pedagógico. O referido estudo, no entanto, apresenta informações que podem contribuir para que a escola reveja suas práticas e o projeto político pedagógico, considerando a percepção das professoras sobre os interesses dos(as) alunos(as) sobre a escola. E, segundo as professoras, os conteúdos acadêmicos são os menos valorizados pelos(as) alunos(as) e os aspectos priorizados são a alimentação, as atividades extraclasse (recreação, esportes, canto, dança interpretação, arte, visitas a museus e a bibliotecas), a atenção e o carinho das professoras. Essa realidade da escola pública faz um alerta para os(as) educadores(as), no sentido de mostrar a necessidade de rever o papel social da escola e como o seu projeto pode atender aos interesses dos(as) alunos(as) (Mazzotti, 1999).

1.2.3 A alfabetização e o letramento

O tema alfabetização e letramento ganha amplo interesse e relevância em um cenário perpassado pelo debate sobre a crise da educação brasileira, ao final dos anos 1970 e em meados da década de 1980. De um lado, a imperiosa expansão de matrículas visando à universalização do ensino fundamental como um direito social básico, fruto de lutas históricas das camadas populares. Do outro lado, são evidentes os altos índices de reprovação, seguidos da evasão, a persistência do caráter excludente e seletivo do sistema educacional seriado e o fracasso da alfabetização verificado no sistema educacional brasileiro.

Conforme destacado nos artigos analisados, a partir da década de 1980, os estudos sobre a Psicogênese da Língua Escrita desenvolvidos por Ferreiro e Teberosky (1999), as descobertas sobre Consciência Fonológica (Morais, 2004), os estudos das ciências linguísticas, da sociolinguística, da psicolinguística e da linguística textual (Soares, 2003) passam a constituir ideário pedagógico dominante que influenciou as práticas de ensino da leitura, da escrita e da alfabetização. Está presente nesse corpo de conhecimentos o pressuposto de que o convívio com práticas de leitura e de escrita anteriores ao ingresso da criança na escola interfere positivamente tanto no que se refere à aquisição de noções sobre o funcionamento da escrita como nos usos e funções sociais. Posteriormente, tais práticas passam a influenciar a proficiência em leitura e escrita de crianças quando estas ingressam no ensino fundamental.

Os autores e as autoras dos artigos expõem os fundamentos do processo de aquisição da língua escrita a partir de referenciais teóricos e temas que se inter-relacionam, embora enfatizando diferentes objetos, usos e especificidades da alfabetização e do letramento que aparecem: a primeira mais frequentemente associada ao ensino e à aprendizagem do sistema de escrita alfabético; o letramento relacionado à percepção da ordem da escrita, seus usos sociais e ações individuais ou coletivas que pessoas fazem com base em conhecimentos e artefatos da cultura escrita.

Sobre essa temática focalizamos cinco artigos, representando o tema que aparece em segundo lugar em número de trabalhos publicados no período estudado. Um dos artigos demonstra o processo de apropriação da escrita no que se refere ao domínio do sistema de escrita alfabética e, também, à capacidade de produzir textos por alunos(as) do 1º ciclo do ensino fundamental. Sob essa ótica, o estudo aponta para a possibilidade de apropriação do sistema de escrita alfabética em simultaneidade com a ampliação de experiências de letramento que o identificam, segundo Soares (2003), como alfabetizar letrando.

Outro artigo expõe a premência de recursos educacionais para otimizar o desenvolvimento do letramento emergente (resultante de experiências de cada criança com práticas sociais de leitura e escrita nas famílias, nas mídias e em outros contextos de letramento) e do processo de alfabetização de crianças de seis anos do ensino fundamental de

nove anos. A autora enfatiza a importância da participação das famílias para melhoria dos processos de aprendizagem da leitura e da escrita de alunos(as) do ensino fundamental e, além disso, da criação de ambientes reais de letramento, tais como biblioteca, assinatura de revistas e jornais, acesso a bons livros, obras técnicas e teóricas, legislações, ofícios, formulários, entre outros. A temática ensino e aprendizagem da língua materna é discutida a partir de uma concepção interacional sociodiscursiva da linguagem e de aprendizagem – aluno(a) sujeito histórico e contexto socioeconômico-cultural em que vive.

No âmbito dessa temática, dois artigos discutem a formação de professores(as) e estratégias formativas em contextos de alfabetização e letramento. Sob a forma de ensaio, um dos artigos retrata a história da formação de professores(as) alfabetizadores(as) no Brasil, fazendo um paralelo com a história da alfabetização e dos métodos numa perspectiva histórica, desde o final do século 19 até os dias atuais. O principal objetivo da autora é promover reflexões e compreensões relativas ao processo de formação do(a) professor(a) alfabetizador(a), dos modelos de formação, das instituições formadoras, dos saberes necessários ao(à) professor(a) que ensina a ler e escrever (alfabetizar). Em outro artigo, as autoras discutem, por meio de relato de pesquisa, sobre a análise de estratégias formativas do Programa Pró-Letramento (suporte à ação pedagógica de professores(as) dos anos iniciais do ensino fundamental na perspectiva de elevar a qualidade do ensino e da aprendizagem da língua portuguesa). Demonstram como os(as) professores(as) podem desenvolver experiências de formação continuada para o ensino da leitura e da escrita a partir de saberes construídos no cotidiano da escola.

Ainda nesse bloco inclui-se um artigo que aborda questões relativas às relações entre escola e famílias e as implicações dessas relações em processos de letramento, evidenciando implicações da participação de pais para a proficiência em leitura e escrita de estudantes do ensino fundamental. Ao pautar a reflexão sobre distintas concepções e processos de letramento, as autoras expõem como as famílias podem contribuir para mudar ou não práticas escolares de leitura e de escrita que emergem em distintos contextos de letramento.

1.2.4 Temáticas e questões emergentes

Agrupam-se sob o tema *transversalidade e interdisciplinaridade* os artigos que indicam, descrevem e investigam a temática sob a forma de projetos didáticos, destacando-se as dimensões epistemológicas e pedagógicas. Em que pese à polissemia conceitual da transversalidade e da interdisciplinaridade e cada iniciativa investigativa preservarem seu estatuto próprio de entendimento teórico e prático, há consenso entre os autores estudados, dado que compartilham sentidos, objetos e concepções.

As abordagens trans e interdisciplinares são trabalhadas como formas de desfragmentar os diferentes campos do conhecimento, ou seja, de fazer com que as disciplinas dialoguem entre si, de tecer os possíveis pontos

de convergência, de divergência e de contraste entre as várias áreas, ultrapassando as fronteiras disciplinares.

No entanto, há diferenças entre elas, por guardarem peculiaridades: a interdisciplinaridade é tomada como uma vertente epistemológica dos objetos do conhecimento, permitindo tratar de maneira integrada os tópicos comuns às diversas áreas, embora sempre considerando a especificidade de cada uma; a transversalidade é compreendida como um recurso pedagógico cujo objetivo é ajudar o(a) aluno(a) a adquirir uma perspectiva mais compreensiva e crítica da realidade social, assim como desenvolver a capacidade de posicionar-se diante de questões que interferem na vida individual e coletiva.

Um dos artigos toma como referência a teoria dos significados da vida humana, de Phenix (1961), vertente que identifica a concepção compreensiva de currículo para a educação geral a partir de considerações fundamentais da natureza humana e do conhecimento. Orienta-se essa visão de currículo pelo princípio da totalidade, pelo espírito de comunidade e pelas inter-relações, similaridades e contrastes entre áreas de conhecimento. Sob essa perspectiva, o autor destaca a capacidade que têm os seres humanos de experienciar significados em distintos domínios do significado: simbólico (linguagem comum), empírico (mundo físico, das coisas vivas e do homem), estético (várias linguagens – música, literatura, artes), sinoético (conhecimento pessoal), ético (sentido ético da convivência humana nas dimensões – ambiental, cultural, sexual e de saúde) e sinóptico (significados integrativos). A teoria de inteligências múltiplas, de Gardner (1995), também aparece como vertente teórica desse mesmo estudo. É possível que uma das contribuições dessa teoria para a prática escolar esteja relacionada à concepção de que a escola seja organizada de forma a atender as diferenças entre os(as) alunos(as).

Outro trabalho, relato de pesquisa realizada na 1ª série do ensino fundamental, demonstra como um projeto de ensino na perspectiva interdisciplinar e transversal pode contribuir para a melhoria da qualidade do ensino.

Nos dois artigos aparece a ideia de que projetos temáticos interdisciplinares pressupõem metodologia interdisciplinar e apontam para a construção de uma escola participativa, que articula saberes, conhecimentos e vivências e estimula o espírito coletivo, a solidariedade e a troca de informações. Possibilitam, também, envolvimento, compromisso e reciprocidade diante do conhecimento, ou seja, atitudes e condutas interdisciplinares que transcendam as barreiras de raça, classe, religião, sexo ou política no âmbito pessoal e social necessárias ao enfrentamento de questões sobre a vida humana e problemas contemporâneos – a questão ambiental, a violência e os conflitos étnicos e religiosos.

O tema relações entre *escola e famílias* ligadas ao desempenho escolar aparece em apenas um artigo no conjunto dos demais estudos examinados, com o objetivo de compreender e explicar os fatores que interferem na qualidade da educação. O tema emerge fortalecendo a importância pedagógica da participação da família, vinculando-a às

possibilidades de enriquecimento de atividades curriculares e do cotidiano escolar, compreendidas como duas realidades sociais que mantêm suas significações peculiares, complementares entre si, mas não podem ser confundidas na tarefa educativa em que a escola e a família representam diferentes possibilidades, para cada uma atuando na sua respectiva esfera. E as autoras apresentam importantes reflexões acerca do clima de diálogo, de confronto e de ajuda mútua que deve ser criado na escola envolvendo os pais nos projetos educativos, valorizando e potencializando a participação democrática dos pais/comunidade na escola.

Nesse sentido, os estudos de Paro (2008) são referendados para explicar a participação dos pais como resultado de um processo histórico de construção coletiva. Com efeito, há a necessidade de a escola prever mecanismos institucionais que viabilizem a participação dos pais e estimulem as práticas participativas internas, mas sem delegar aos pais e à comunidade o que é de competência do Estado. Associa-se a este o argumento de que a instituição escolar necessita da adesão de seus usuários aos propósitos educativos que ela deve visar, sendo incluídas ações que contribuam para o bom desempenho escolar, conforme destaca Paro (2008). A família, segundo Polônia e Dessen (2005), exerce função primordial no desenvolvimento e na aprendizagem humana. Em colaboração com a escola, a família transmite a educação geral e parte da formal, entretanto não pode ser atribuído apenas a ela o sucesso ou o fracasso escolar dos(as) alunos(as).

No quadro de filiação teórica para explicar o debate sobre as causas do sucesso e do fracasso escolar, as autoras se apoiaram em estudos sobre a complexidade do fenômeno em suas múltiplas dimensões e fatores – econômicos, políticos, sociais e culturais – que podem influenciar no desempenho escolar dos(as) alunos(as).

Desse modo, a família não é a única instância responsável pelo sucesso ou fracasso escolar dos filhos. Destaque é dado à abordagem histórica formulada por Patto (1999) acerca de como se deu a compreensão do fracasso escolar presente no debate educacional e social do final do século 18 e no século 20, o que analisa sob distintas significações e compreensões, especialmente no que se refere à desmistificação de suas causas: a explicação do fracasso escolar como anormalidade orgânica; o racismo como explicação da existência de raças inferiores ou indivíduos constitucionalmente inferiores. A teoria da carência cultural também procura explicar o insucesso das crianças em termos de deficiências e fatores cognitivos e culturais importantes para a aprendizagem e adaptação escolar. Dessa forma, as causas dos desajustes infantis poderiam ser identificadas no ambiente sociofamiliar, segundo Patto (1999). Sob essa ótica, crianças e famílias eram culpabilizadas pelo fracasso escolar.

Em acréscimo às justificativas teóricas até aqui arroladas, outros estudos referidos pelas autoras discutem como a família tem estado por trás do discurso do sucesso escolar e não raro tem sido culpada pelo fracasso escolar de seus(suas) filhos(as). O estudo em análise discute a superação de algumas ideias e conceitos consolidados em nossa sociedade

atual a respeito da relação família-escola. Dessa forma, desmistificam possíveis efeitos causais entre a participação ou a presença das famílias e o bom ou mau desempenho escolar, dado que outros fatores, como os já citados – sociais, políticos, econômicos e culturais –, influem no desempenho escolar dos(as) alunos(as). A pesquisa também reafirma a importância da integração das instituições família e escola; tal integração se torna fundamental para o desenvolvimento global das crianças, para a melhoria da qualidade de vida dos pais e alunos(as) e, também, para a eficiência do trabalho da escola.

Outro tema que aparece como interesse recente é sobre as relações de *gênero e educação*, que se manifesta em dois artigos da produção acadêmica analisada. Um deles traz à luz as questões de gênero para o centro do debate sobre fracasso escolar, situando as reflexões do tema articuladas a um programa de recuperação paralela, considerado bem sucedido, a partir da análise de concepções de professoras. O que se busca compreender é se há variação nas dificuldades de aprendizagem entre meninos e meninas, dado que a proporção de meninos com dificuldades de aprendizagem era mais que o dobro em relação às dificuldades das meninas. É incomum, segundo os autores do artigo, encontrar estudos que privilegiam processos de produção de trajetórias escolares de sucesso escolar. O estudo demonstra que as dificuldades de aprendizagem são percebidas pelas professoras em relação aos meninos devido a fatores familiares: linguagem própria do(a) aluno(a) diferente daquela valorizada pela escola; necessidade de complementação de renda pelos(as) alunos(as); meninos oriundos de famílias que não correspondiam ao modelo nuclear completo, pressupondo-se o não acompanhamento da vida escolar do aluno. No que se refere à adaptação da condição de aluno(a), identificado por Perrenoud (1995) como ofício de aluno, os meninos apresentam desvantagem em relação à adaptação às normas, à necessidade de autonomia, o que contribui para não avançar nos estudos, atrasando-os ou afastando-os do acesso à instituição e, dessa forma, defasando-os em relação ao desempenho das meninas. Ofício do aluno é compreendido por esse autor como modelo de ator social que vive numa instituição organizada, no caso a escola, segundo algumas regras e rituais aos quais todos(as) – alunos(as) e outros indivíduos – devem se adaptar. Para esse autor, o ofício varia de acordo com as situações, as expectativas de cada um – aluno(a), professor(a) –, os métodos, as concepções de aprendizagem e de avaliação.

Nesse estudo, também é destacado pelas professoras participantes da pesquisa aspecto referente à falta de autonomia, revelada como o grande diferencial entre os sexos, dado que os meninos necessitavam de intervenção constante, às vezes atendimento exclusivo, para realizarem atividades, enquanto que as meninas não apresentavam essa dificuldade. Outros fatores de variação entre os comportamentos dos meninos e das meninas: a dificuldade de concentração, dado que as meninas eram vistas como dispersas e esquecidas; já a desorganização, a indisciplina e a insegurança na realização de tarefas estariam ligadas aos meninos. A timidez foi um traço verificado

tanto em meninos como em meninas, não havendo variação entre os sexos; no entanto, os meninos que apresentavam comportamento tímido, silencioso, passivo e submisso eram motivo de muitas discussões entre integrantes do corpo docente, considerando que eles eram conhecidos na escola como indisciplinados, diferenciados das meninas. Segundo os estudos demonstraram, os meninos continuam sendo maioria em turmas de recuperação paralela. Certamente, entre as razões para essa ocorrência estariam as percepções das professoras a respeito da aprendizagem e do comportamento de alunos(as), que as levam a indicá-los(as) para as atividades de recuperação paralela.

No quadro de filiação teórica, o estudo toma o conceito de gênero como um sistema de relações não apenas entre masculino e feminino, mas entre diferentes formas de masculinidade e feminilidade (Scott, 1995; Nicholson, 2000). O estudo levanta necessidades de novas perspectivas investigativas e práticas, de novos olhares para pensar a formação de professores(as) e analisar essa questão em toda a sua complexidade, sem cair no entanto no preconceito e na culpabilização das vítimas ou da feminização do magistério da escola, de forma a garantir acesso equitativo para meninos e meninas tanto à aprendizagem da leitura e da escrita quanto aos comportamentos considerados adequados pela escola.

Ainda sobre a questão de gênero, um artigo – caracterizado como uma pesquisa resultante de uma tese de doutorado – trata de um estudo comparativo sobre professor do sexo masculino que trabalha em escola pública, à época denominada escola primária (atualmente ensino fundamental), em relação a duas realidades: no Rio de Janeiro (Brasil) e em Aveiro (Portugal).

O estudo traz um debate interessante no sentido de explicar os motivos da escolha profissional de docentes do sexo masculino em uma área que tem a predominância feminina. Essa inserção é vista como uma das possibilidades de incluir as questões de gênero no currículo escolar e na educação como um todo. De certa forma, os resultados da pesquisa mostram que os principais motivos da escolha desses professores estavam relacionados a fatores intrínsecos à docência, como gostar da profissão, de ensinar e de lidar com crianças, o que de certa forma se coloca em situação contrária ao que algumas referências têm mostrado, ou seja, que os homens não têm aptidão e não gostam de trabalhar com crianças (Rabelo, 2009).

Um ensaio aborda a gestão do conhecimento escolar centrado na necessidade de formação do pensamento, mas também com o compromisso de formar competências no(a) aluno(a). Dessa forma, a autora sustenta a tese da escola inteligente como sendo aquela capaz de redefinir o triângulo didático (Chevallard, 1991) diante de demandas suscitadas pela sociedade do conhecimento. Essa redefinição é apontada como inovação, e o estudo põe em relevo o vértice mais comumente descuidado do tripé – o conhecimento que transita pelo sistema escolar e que é próprio dessa nova sociedade, sob o impacto da globalização e das transformações provocados pelas Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC). Por sua vez, os outros dois vértices também serão

redefinidos, dado que a aprendizagem passa a ser conceitual e o ensino, organização de experiência de aprendizagens. A autora reforça seus argumentos com base na análise proposta por Brunner (2000) sobre as quatro revoluções educativas: a 1ª, de 1300/1600 – o ensino deixa de ser um saber individual para transformar-se em ofício que se pode transmitir; a 2ª, de 1750/1850, o que se chama habitualmente de “educação pública” e se refere ao desenvolvimento dos sistemas escolares; de 1950 em diante a 3ª revolução, a chamada educação universal ou educação de massa. Estamos diante da 4ª revolução, cujo desafio é repensar os modelos hegemônicos de como se ensina e o que se ensina. Segundo a autora desse ensaio, as competências supõem precisamente um saber de outra ordem, mas, além do saber tradicional da modernidade, um saber que o integra com o fazer. Ou uma mudança profunda, porque redefine o trabalho na escola, superando o compromisso de ensinar a pensar pelo compromisso de ensinar a pensar-para-saber-fazer (Aguerrondo, 2010).¹

2 Os textos e o contexto social, político e educacional: possíveis aproximações

As décadas de 1980 e 1990 foram muito movimentadas, no sentido do debate sobre a democratização do País e das relações institucionais diante do momento em que o Brasil iniciava o processo de distensão política após um longo período de regime de ditadura militar – 1964-1985. Esse movimento ganha força principalmente com a elaboração da Constituição Brasileira de 1988, influenciando o debate nacional sobre a educação, suas concepções, finalidades e compromisso social. É nesse contexto que os estudos e as pesquisas sobre educação, nos seus diferentes níveis e modalidades, começam a aparecer e repercutir nas definições de temáticas de estudos na década de 2000.

A análise dos 22 artigos nos permite inferir que houve uma maior incidência sobre o reconhecimento da educação de qualidade como direito de todos, conforme explicita o art. 5º da Lei nº 9.394/96, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB (Brasil, 1996): “O acesso ao ensino fundamental é direito público subjetivo, podendo qualquer cidadão, grupo de cidadãos, associação comunitária, organização sindical, entidade de classe ou outra legalmente constituída, e, ainda, o Ministério Público, acionar o Poder Público para exigí-lo”.

A LDB consolida ainda três grandes linhas que foram materializadas e reafirmadas como princípios: a universalização do ensino fundamental com qualidade; a progressiva expansão do ensino médio; a democratização da gestão educacional e a valorização do magistério.

Essas questões de âmbito nacional são ampliadas no debate educacional, com a participação dos movimentos e fóruns em favor da educação pública de qualidade e das comunidades internacional e nacional, merecendo destaque as contribuições das associações científicas da educação: Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Educação

¹ Tradução nossa. O artigo encontra-se publicado em língua espanhola.

(ANPEd), Associação Nacional de Política e Administração da Educação (Anpae), Associação Nacional pela Formação dos Professores (Anfop), Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), Conferência Brasileira de Educação (CBE) e Conferência Nacional de Educação (Conae).

Sob essa ótica, o ensino fundamental é afirmado como direito social e instância de exercício da cidadania, compreendendo-a como o exercício do direito a todos os bens sociais, políticos, econômicos, culturais, civis e ambientais. Nesse contexto, ganha força no debate o compromisso com a concretização do percurso escolar de nove anos, e exige-se a superação de indicadores nacionais de reprovação, de evasão e da consequente distorção idade-série como expressão do fracasso escolar.

Diversos Estados e municípios brasileiros, procurando responder ao que a sociedade demandava à época, desenvolveram experiências de ciclos básicos de alfabetização e ciclos de escolarização. Destacam-se os Estados de São Paulo, Minas Gerais e Paraná e as prefeituras de Recife e de Belo Horizonte, que instituíram o ciclo básico reestruturando as 1^a e 2^a séries do 1^o grau (hoje denominadas anos iniciais do ensino fundamental). Nos ciclos, as ideias de tempo pedagógico estavam inseridas e articuladas com a intenção de regularizar o fluxo de escolarização dos(as) estudantes ao longo da escolarização, buscando eliminar ou reduzir a repetência na perspectiva da superação do fracasso escolar. Cada experiência teve marcas próprias, conforme a conjuntura política, econômica, social e cultural. O que se buscava era democratizar o acesso ao ensino fundamental, a alfabetização do(a) aluno(a), no sentido de garantir a aprendizagem e a educação de qualidade.

As discussões sobre o conceito de qualidade também ganham campo, no sentido de que correntes do pensamento pedagógico mais progressista procuravam distinguir dois conceitos básicos: a qualidade total, fundamentada no paradigma da lógica de mercado, e o conceito de qualidade social, que tem por fundamento a educação como direito humano. Em que pese às diferentes concepções de qualidade no campo educacional – o que confere caráter polissêmico ao conceito, mas foge do escopo deste trabalho –, a discussão do tema é ampliada pela complexidade inerente à sua definição e por uma questão de recorte deste estudo.

Esses debates explicitaram também os condicionantes externos e internos à escola que interferem na qualidade da educação e do ensino e precisam ser contemplados de forma concomitante: ações relativas à concepção, à organização e à prática pedagógica da escola, a participação das famílias e a formação dos(as) professores(as) com vista à consecução da qualidade da educação.

As temáticas sobre a melhoria da alfabetização e do ensino fundamental têm sido, portanto, recorrentes no debate nacional durante várias décadas e atualmente constituem o principal desafio para os sistemas de ensino da educação básica, considerando que, no decorrer das lutas da sociedade pelo direito à educação, houve o processo de ampliação significativa do ensino fundamental. Os índices mostram a proximidade com a universalização em torno de 97% em âmbito nacional no que se

refere ao atendimento à população em idade de escolarização, mas a qualidade não acompanhou esse mesmo patamar.

É importante destacar que os artigos analisados neste estudo retratam também o início dos debates, de forma mais orgânica, sobre temas que podemos conceituar como emergentes (questão de gênero, interdisciplinaridade e transversalidade, orientação sexual) e surgem sob a égide da ampliação dos direitos sociais como políticas públicas, principalmente os direitos das minorias, que até então não eram evidenciados nos debates e na produção científica sobre educação.

A discussão sobre os direitos humanos, no sentido mais amplo, e a compreensão da educação como um direito humano podem ser localizadas a partir da elaboração dos Planos Nacionais de Direitos Humanos I (Brasil, 1996), II (Brasil, 2002) e III (Brasil, 2010) e do Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos (Brasil, 2006). Entre os vários debates e embates capitaneados pela sociedade civil organizada, destacamos os temas sobre os direitos de vários segmentos – crianças, jovens e idosos, populações indígenas, afro-descendentes, quilombolas, do campo, de pessoas deficientes – e sobre o direito de orientação sexual, opção religiosa e política, entre outros.

É nesse contexto que podemos perceber a consolidação do debate na busca da concretização do direito social ao ensino fundamental obrigatório. O debate também vem propiciando a compreensão dos elementos envolvidos no processo de ensino e aprendizagem e dos diferentes aspectos referentes à dinâmica escolar com centralidade no currículo. Verifica-se um processo sistemático de realização e socialização de resultados de estudos e pesquisas, elaboração e divulgação de diagnósticos educacionais, debate esse realizado sob a orientação de instâncias acadêmicas e retratado nos 22 artigos da *Rbep* que se constituem objeto de estudo deste trabalho.

Considerações finais

O intenso e amplo debate sobre a educação brasileira nas décadas de 1980, 1990 e 2000 foi decorrente do movimento vivenciado em defesa da redemocratização do País e da sociedade, principalmente com a elaboração e posterior promulgação da Constituição de 1988 e da LDB/1996. Nesse processo, um tema vem se consolidando no campo das políticas educacionais, indicando vertentes da pesquisa nessa área: o reconhecimento da educação de qualidade como direito de todos(as), ao mesmo tempo em que a identifica como desafio imperativo e condição para o fortalecimento da democracia e do desenvolvimento social e econômico do País.

Na diversidade de interesses e focos, esse tema aparece como eixo norteador que perpassa os artigos analisados neste estudo, derivando temáticas instigadas por problemas observados no ensino fundamental e na alfabetização – o baixo desempenho dos sistemas de ensino e os altos índices de analfabetismo. Tais temáticas revelam o esforço de pesquisadores(as), de educadores(as) e desta Revista em contribuir com o debate social na elaboração e na difusão da produção acadêmica em torno

das condições do sistema educacional brasileiro na busca de universalizar o ensino fundamental com qualidade social.

O estudo mostra, conforme aparecimento nos artigos, as temáticas predominantes, agrupados em três categorias analíticas: 1) o acesso e a qualidade do ensino fundamental e os diagnósticos sobre as políticas educacionais; 2) a alfabetização e o letramento; 3) temáticas emergentes que perpassam o ensino fundamental.

Merecem destaque nesse debate a estruturação de instituições como o Inep, o IBGE, a Associação Brasileira de Estatística (ABE) e a produção dos Censos Escolares, com informações oficiais e estudos sobre estatísticas educacionais, em especial do ensino fundamental. Esses estudos/dados possibilitaram/subsidiaram a elaboração de programas, projetos e planejamentos de micro e macrosistemas, em curto, médio e longo prazos, e o acompanhamento sobre a efetivação e a avaliação das políticas de educação, contribuindo para que a educação brasileira pudesse estar presente no cenário nacional e internacional. As evidências dos dados estatísticos mostram que, se houve um grande avanço na ampliação do acesso ao ensino fundamental para a população em idade de 7 a 14 anos, por outro lado, a qualidade da educação expressa pelo ensino e aprendizagem não apresentou o mesmo desempenho, devido às persistentes reprovações e evasões, provocando distorções/defasagens idade-série. É, portanto, com essa realidade que programas e projetos para correção de fluxos e da melhoria da qualidade do ensino começam a aparecer no cenário nacional nessas décadas (1990-2000).

Os fundamentos e os temas encontrados na produção analisada sobre a organização da escolaridade em ciclos e a progressão automática se aproximam, se cruzam e guardam similaridades com os discursos produzidos e disseminados em décadas passadas.

Nessas duas décadas ficam evidenciados novos temas que começam a permear o debate no interior dos processos educativos, embora ainda superficial e de forma incipiente, com destaque no ensino fundamental. São temáticas que surgem, principalmente, no âmbito das lutas dos movimentos sociais, ao reivindicarem a ampliação e a concretização de direitos fundamentais, a exemplo das questões sobre gênero, sexualidade, preconceito e discriminação.

No entanto, os estudos trazem, ainda, uma realidade que merece maior reflexão: para reverter substantivamente o quadro da educação no Brasil, faz-se necessário superar não apenas os processos endógenos dos padrões pedagógicos, mas priorizar a educação na sua essência. Isso se reflete também na profissionalização e na valorização docente, o que implica a melhoria da qualificação inicial e continuada e das condições de trabalho, além de salário digno dos(as) professores(as).

O importante é que os artigos examinados retratam a educação como resultado da luta histórica que ganha força como direito humano. E, ao trazer para o interior do ambiente escolar temas emergentes que tratam dos direitos humanos no sentido mais amplo, esses estudos contribuem para o fortalecimento da educação, na perspectiva da sua concretização para todos(as) os(as) brasileiros(as).

A análise nos permite levantar necessidades de novas pesquisas e publicações sobre temas emergentes contemporâneos na sociedade e que apareceram de forma escassa neste estudo, no âmbito dos direitos humanos, com destaque para o direito à educação. E, diante da dispersão temática verificada nos artigos analisados, sugerimos novos olhares qualitativos como desdobramentos da análise empreendida, que permitam identificar os resultados de alternativas desenvolvidas ou em andamento nos sistemas educacionais visando à melhoria da qualidade da educação. Exemplos disso são os programas de correção da defasagem idade-série, de aceleração da aprendizagem e de redução da evasão e repetência escolar na alfabetização e no ensino fundamental. Resta ainda perguntar: Estariam os sistemas educacionais tomando como referência uma educação voltada para a formação integral do(a) aluno(a) na perspectiva de humanização e que possibilite o pensamento reflexivo para atuar no mundo em que vive?

Referências bibliográficas

ANGELUCCI, Carla Biancha *et al.* O estado da arte da pesquisa sobre o fracasso escolar (1991-2002): um estudo introdutório. *Educação e Pesquisa*, São Paulo, v. 30, n. 1, p. 51-72, jan./abr. 2004.

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil*. São Paulo: Saraiva, 2006.

_____. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. *Diário Oficial da União*, Brasília, 23 dez. 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm>.

_____. *Programa Nacional de Direitos Humanos 1*. Brasília, 1966.

_____. *Programa Nacional de Direitos Humanos 2*. Brasília, 2002.

_____. *Programa Nacional de Direitos Humanos 3*. Brasília, 2010.

_____. Ministério da Educação. Comitê Nacional de Educação em Direitos Humanos (CNEHDH). *Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos*. Brasília: Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, MEC, MJ/Unesco, 2006.

BRUNNER, José Joaquín. *Educación: escenarios del futuro – nuevas tecnologías y sociedad de la información*. Santiago: Preal, 2000. (Preal Documentos, n. 16). Disponible en: http://www.preal.org/Biblioteca.asp?Pagina=3&Id_Carpeta=64&Camino=63 | Preal Publicaciones/64 | PREAL Documentos.

CHEVALLARD, Yves. *La transposición didáctica: del saber sabio al saber enseñado*. Buenos Aires: Aique, 1991.

FERREIRO, Emília; TEBEROSKY, Ana. *Psicogênese da língua escrita*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1999.

GARDNER, H. *Inteligências múltiplas: a teoria na prática*. Porto Alegre: Artmed, 1995.

MINAYO, M. C. de S. *et al. Pesquisa social: teoria, método e criatividade*. Petrópolis: Vozes, 1994.

MORAIS, Artur Gomes de. A apropriação do sistema de notação alfabética e o desenvolvimento de habilidades de reflexão fonológica. *Letras de Hoje*, Porto Alegre, v. 39, n. 3, p. 175-192, set. 2004.

NICHOLSON, L. Interpretando o gênero. *Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 8, n. 2, p. 9-42, 2000.

PARO, Vitor Henrique. *Gestão democrática da escola pública*. 3. ed. São Paulo: Ática, 2008.

PATTO, Maria Helena Souza. *A produção do fracasso escolar: histórias de submissão e rebeldia*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1999.

PERRENOUD, P. *Ofício de aluno e sentido do trabalho escolar*. Porto, Portugal: Porto Ed., 1995.

PHENIX, P. *Philosophies of Education*. [S.l.]: John Wiley, 1961.

POLÔNIA, Ana da Costa; DESSEN, Maria Auxiliadora. Em busca de uma compreensão das relações entre família e escola. *Psicologia Escolar e Educacional*, Campinas, v. 9, n. 2, p. 303-312, dez. 2005.

SCOTT, J. W. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação & Realidade*, Porto Alegre, n. 20, v. 2, p. 71-100, 1995.

SOARES, Magda. Letramento e alfabetização: as muitas facetas. In: REUNIÃO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM EDUCAÇÃO (ANPEd), 26., 2003, Caxambu-MG. *Anais da 26ª Reunião*. [S.l.: s.n.], 2003. p. 1-17.

Artigos analisados

AGUERRONDO, Inés. La escuela inteligente em el marco de la gestión del conocimiento. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, Brasília, v. 91, n. 227, p. 11-28, jan./abr. 2010.

ARAÚJO, Gilda Cardoso. Evolução das matrículas na etapa elementar da escolarização no Brasil de 1932-2003. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, Brasília, v. 91, n. 227, p. 29-59, jan./abr. 2010.

CRUZ, Magna Silva; ALBUQUERQUE, Eliana Borges. Alfabetização e letramento no 1º ciclo: o que as crianças aprendem sobre a escrita a cada ano? *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, Brasília, v. 92, n. 230, p. 126-147, jan./abr. 2011.

DINIZ, Ednar Maria Vieira. O censo escolar. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, Brasília, v. 80, n. 194, p. 156-163, jan./abr. 1999.

FERNANDES, Cláudia de Oliveira. A promoção automática na década de 50: uma revisão bibliográfica na Rbep. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, Brasília, v. 81, n. 197, p. 76-88, jan./abr. 2000.

FERREIRA, Rosilda Arruda. Diagnóstico do ensino público no município de Camaragibe (PE). *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, Brasília, v. 80, n. 195, p. 342-351, maio/ago. 1999.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. Censo escolar. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, Brasília, v. 81, n. 199, p. 525-567, set./dez. 2000.

LEAL, Telma Ferraz; FERREIRA, Andrea Tereza Brito. Formação continuada e ensino da escrita: análise de estratégias formativas utilizadas no programa Pró-Letramento. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, Brasília, v. 92, n. 231, p. 370-385, maio/ago. 2011.

MAIMONI, Eulália H.; RIBEIRO, Ormezinda Maria. Família e escola: uma parceria necessária para o processo de letramento. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, Brasília, v. 87, n. 217, p. 291-301, set./dez. 2006.

MAINARDES, Jefferson. A promoção automática em questão: argumentos, implicações e possibilidades. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, Brasília, v. 79, n. 192, p. 16-29, maio/ago. 1998.

MAZZOTTI, Alda Judith. O "aluno da escola pública": o que dizem as professoras. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, Brasília, v. 80, n. 195, p. 290-309, maio/ago. 1999.

MEDEIROS, Aline *et al.* Política educacional: um estudo comparativo sobre os impactos de um novo modelo pedagógico. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, Brasília, v. 91, n. 227, p. 29-59, jan./abr. 2010.

MORAES, Sílvia Elizabeth. Interdisciplinaridade e transversalidade mediante projetos temáticos. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, Brasília, v. 86, n. 213/214, p. 38-54, maio/dez. 2005.

MORTATTI, Maria do Rosário Longo. Notas de uma história da formação do alfabetizador no Brasil. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, Brasília, v. 89, n. 223, p. 467-476, set./dez. 2008.

OLIVEIRA, Hilda Rabelo de; SENAPESCHI, Alberto N. A escola: um projeto visando ao ensino interdisciplinar e transversal. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, Brasília, v. 86, n. 200/201/202, p. 104-115, jan./dez. 2001.

PEREIRA, Carlos Alberto Bragança *et al.* Censo escolar: controle de qualidade. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, Brasília, v. 79, n. 191, p. 74-82 jan./dez. 1998.

PEREIRA, Fábio Hoffmann; CARVALHO, Marília Pinto. Meninos e meninas num projeto de recuperação paralela. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, Brasília, v. 90, n. 226, p. 673-694, set./dez. 2009.

RABELO, Amanda Oliveira. Os professores do sexo masculino no ensino "primário": um "corpo estranho" no cotidiano das escolas públicas do Rio de Janeiro (Brasil) e de Aveiro (Portugal). *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, Brasília, v. 90, n. 226, p. 636-649, set./dez. 2009.

SAMPAIO, Carlos Alberto Moreno *et al.* A matrícula do ensino fundamental em perspectiva: Brasil e unidades da Federação-2000-2001. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*. Brasília, v. 80, n.196, p. 527-575, set/dez.1999.

SAMPAIO, Carlos Alberto Moreno; NESPOLI, Vanessa. Índice de adequação idade-anos de escolaridade. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, Brasília, v. 85, n. 209/210/211, p. 137-142, jan./dez. 2004.

SIQUEIRA, Edméa Semeghini. Recursos educacionais apropriados para recuperação lúdica do processo de letramento emergente. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, Brasília, v. 92, n. 230, p. 148-165, jan./abr. 2011.

VARANI, Adriana; SILVA, Daiana Cristina. A relação família-escola: implicações no desempenho escolar dos alunos dos anos iniciais do ensino fundamental. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, Brasília, v. 91, n. 229, p. 511-527, set./dez. 2010.

Aida Maria Monteiro Silva, doutora em Educação pela Universidade de São Paulo (USP), é professora adjunta e pesquisadora da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Atua nos cursos de graduação e pós-graduação nas áreas de Didática, Formação do Professor, Educação em Direitos Humanos e Pesquisa Educacional. Coordenadora do Núcleo de Formação de Professores e Prática Pedagógica. Autora de livros e artigos nas áreas de atuação, destacando-se o livro *Políticas e fundamentos da educação em direitos humanos* (Cortez, 2010).

trevoam@terra.com.br

Zélia Granja Porto, doutora em Educação pela Universidade de Salamanca, Espanha, é professora adjunta e pesquisadora da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), atuando nos seguintes temas: contextos integrados de desenvolvimento e educação infantil, trabalho infantil, formação de professores, educação de jovens e adultos. Atua no Núcleo de Pesquisa e Extensão em Educação Popular e Educação de Jovens e Adultos – Infância e Adolescência, da Universidade Federal de Pernambuco (Nupep/UFPE).

zeliaporto2@yahoo.com.br

ANEXO

Quadro das Categorias e Subcategorias Identificadas nos Artigos

Categorias temáticas e subcategorias	Natureza dos Estudos
	Pesquisas/Revisão bibliográfica/ Balanço/ Ensaio = n
Tema predominante: educação de qualidade como direito de todos	
Acesso e qualidade do ensino – 11	
Fracasso escolar e as medidas para superação – progressão automática e organização da escolarização em ciclos; fracasso escolar na visão das professoras	3
Diagnósticos e análises – acompanhamento e avaliação das políticas educacionais	8
Temáticas emergentes e ensino fundamental – 6	
Relações de gênero e dificuldades de aprendizagem em situação de recuperação paralela e formação de professores	2
Interdisciplinaridade e transversalidade, integração de conhecimento por meio de projetos temáticos integradores	2
Gestão do conhecimento escolar na sociedade do conhecimento	1
Relações família escola e desempenho escolar	1
Alfabetização e letramento – 5	
Concepções e práticas de alfabetização e letramento – apropriação do sistema de escrita e usos sociais da escrita e da leitura	2
Formação de professores, alfabetização e letramento	2
Família-escola – implicação da participação de pais em processos de letramento emergente	1